



---

### **Ata nº 08/2025/ CONSEME**

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, às oito horas, reuniu-se, de forma presencial, o Conselho Municipal de Educação de Balneário Camboriú – CONSEME na Casa dos Conselhos, para reunião ordinária. Estiveram presentes os conselheiros titulares Jéssica Lysiane Becker, Leandro Arthur Rodrigues da Silva, Cleonice Welmuth Monteiro Berejuk, Sarah Moura Machado Severino, Anelise Geraldo, Suelen Mateus Albini da Silva, Ariovaldo Sérgio Azzolin, Josiane Fidelis, Wilson Vieira Filho, Aline Luiza Tonezer Pereira, Dayane Regina Masselai, Marcos Antonio da Silva, Lívia Ferreira Neves Firmo e os suplentes Amanda Vidal, Sirlei Soares, Valéria Paz Arend Rosa, Simone Hermes dos Santos Almeida. Justificaram suas ausências a representantes dos Professores da Educação Básica (Ed. Infantil); da Educação Especial da Educação Básica e do Conselho Tutelar. Não justificaram a falta representantes da Educação Superior e Estudantes da Ed. Básica. Como visitante tivemos representando a comissão da educação da Câmara de Vereadores Daniela Debarba. Registramos que a conselheira Vanessa Simon foi substituída e passou a fazer parte do quadro de conselheiros a senhora Cleonice Wehmuth Monteiro Berejuk como titular. Da mesma forma os representantes da sociedade civil, a senhora Andréa Cristiane Strapazzon foi substituída pelo senhor Ariovaldo Sérgio Azzolin e passando a ser suplente a senhora Denise Sarkis. Como representantes da educação básica também houve substituição, onde a senhora Elisete Soares Voiticzki renunciou e a senhora Gilmar de Moraes Heusser passou a representar e como suplente ficou a Sra. Ivana Cristina Lima Cordeiro e na educação especial passou a suplente a Sra. Jéssica Lysiane Becker. A Presidente do CONSEME, Dayane Regina Masselai, deu início à reunião passando a palavra para Daniela que apresentou convite para a audiência pública sobre a compra de vagas nas escolas particulares na data de 30/06/2025 e a reconstrução das políticas públicas da juventude a acontecer dia 10/07/2025 às 14 horas direcionada para estudantes cadastrados no CadÚnico onde terão a participação do Secretário Nacional, informa que será encaminhado convite de forma oficial. Após foi realizada a leitura da Ata 06 do dia 27/05/2025 sendo aprovada por todos os presentes. A presidente Dayane pediu para ser escolhida uma nova data para reunião de julho visto que a data estabelecida seria em período de recesso. Ficou determinada para dia 17/07/2025 às 14 horas. Falando sobre os Planos de Gestão Escolar que estão sendo publicados no site da prefeitura na aba CONSEME, o conselheiro Leandro pontua que houve falha no processo anterior e que a prefeitura está nomeando uma comissão de avaliação para acompanhar os planos e as necessidades de adequação. Wilson complementa que o município deixou de receber mais de 5 milhões por não ter “gestão democrática” na rede de ensino. Leandro fala que o



governo tem uma agenda política e que ela está sendo seguida e que a gestão democrática precisa ser debatida. Dando sequência, o Mem. 36.939/2025 sobre a melhoria da aba CONSEME no site da prefeitura, a presidente explicou que o site não permite melhorar e que apenas algumas pequenas mudanças são possíveis, mas que a prefeitura tem previsto novo site para o próximo ano. Em resposta ao Mem. 37.025/2025 sobre a normatização do Apoio Pedagógico, a SEDUC respondeu que existe um projeto que baliza as ações ofertadas atualmente na rede, porém, percebe-se a necessidade de algumas adequações e a normatização do mesmo e que estão fazendo reuniões com os articuladores e professores que estão diretamente envolvidos no projeto a fim de identificar as necessidade e posterior construção desta normativa. Mem. 37.336/2025 sobre a manutenção do computador do Conseme, SEDUC está ciente dessa necessidade urgente. Mem. 37.673/2025 direcionado a secretaria de educação sobre a reiteração do envio dos Planos de Gestão Escolar pelo fato de muitos ainda não terem encaminhado ao CONSEME. Devido ao parecer que deve ser feito sobre o PL nº 101/2025 referente à educação digital nas escolas, os relatores elaboraram uma pesquisa direcionada às escolas com o intuito de compreender o ponto de vista de cada uma, porém, foram poucas as devolutivas. Passando para os documentos recebidos, a presidente leu o ofício 001/2025 recebido da equipe gestora do NEI Odácia sobre o horário rígido de trabalho que impede ajustes conforme a necessidade do próprio núcleo. A conselheira Anelise diz que participou de reunião com o diretor do RH, Ary, e não foi bem essa determinação e o que tem causado insegurança é o fato do diretor(a) não ser mais responsável em deferir as justificativas no My Ahgora, cita que o RH não consegue analisar a realidade da escola para deferir ou não o ponto. Lembra também, da questão das atividades pedagógicas nos núcleos de educação infantil, como os professores trabalham seis horas, acaba a equipe gestora tendo que repetir a reunião nos dois turnos para atender a todos e isso só pode acontecer sem o horário rígido. Questiona se todos os professores são contratados quarenta horas, por que fazem seis horas em dia de reunião e não oito como o ensino fundamental? Ou fazer a reunião em apenas um período. O conselheiro Wilson reforça que muitas vezes precisam ficar depois do horário e que RH estará sobrecarregado para analisar todas as justificativas. A conselheira Cleonice diz que no dia anterior tiveram reunião com o RH para debater essa temática e que foi repassado para os núcleos a opção de fazer a reunião em apenas um período que as mesmas têm autonomia para definir. Sirlei comenta que viemos de uma gestão que massacrou os professores e que hoje a SEDUC está para ouvir com objetivo de poderem fazer o melhor possível. Geraram-se bastante comentários e o que se pede é que seja feita uma normativa pela SEDUC evitando assim, conflitos entre equipe gestora e professores. O conselheiro Leandro explica que a situação de apenas o RH poder analisar as justificativas é temporária e surgiu pela necessidade de entender a demanda do quadro de servidores,

muitas são as situações que precisam ser investigadas. Querem ter indicadores por unidade escolar e apresentarem para as escolas. Como uma nova gestão, querem ter um cenário mais objetivo para tomada de decisões. Mas que, em breve, as diretoras vão voltar a ter controle sobre as justificativas do ponto. Em seguida, a conselheira Amanda lembra que juntar todas as professoras para uma reunião no mesmo período se torna praticamente inviável por conta de não existir espaço apropriado. Leandro reforça que muitas medidas adotadas nesse momento pela administração são temporárias, que o objetivo é identificar problemas e assim buscar soluções, que auditorias estão sendo feitas e cita que em relação a atestados médicos se reduziu em torno de dois terços. A conselheira Jéssica retorna ao tema horário rígido e diz que em sua escola essa normativa não chegou, apenas ouve “comentários” e que estes geram insegurança principalmente por ser o RH responsável em deferir. Cita o exemplo de trabalhar em seu dia de hora atividade, poderá trocar? Ou nem deve fazer essa troca mesmo que seja para beneficiar a escola? Entre outras situações. Dayane reforça que não chegou a ver nenhuma normativa. A conselheira Suelen diz que as falas esclarecedoras do conselheiro Leandro, enquanto representante do executivo, traz muita segurança no que está sendo feito. Sugere que essas “explicações” fossem dadas em reuniões de diretores, muitas situações de conflitos não teriam ocorrido. Lembra que se tivessem representantes do conselho escolar junto ao CONSEME essas informações chegariam nas escolas, concorda que as principais discussões devem ser feitas nas reuniões do CONSEME porque tem representante de todas as esferas. Que quanto mais as informações são recebidas vão gerar melhorias. E também, que diretores devem ser acompanhados nas suas ações e que realmente devem ter produtividade. Marcos diz que até esse momento ninguém estava sabendo sobre os ritos colocados em prática e outras inclusive retrocederam e que o diretor do RH foi para mídia dizer que a prefeitura é “um trem desgovernado” e o que as pessoas entendem que “todos” refere-se aos servidores também, e que só agora estamos sabendo o porquê dessas ações e que é fundamental informar qual o objetivo dessas ações, que deveria ter sido de forma contrária, primeiro apresentar as ações que vão fazer e com quais objetivos e que, agora, com as explicações dadas pelo conselheiro Leandro, ele pode chegar na sua unidade escolar e responder os questionamentos. Passando para a conselheira Cleonice, ela explica sobre o horário do ponto e as compensações, que estavam fazendo reuniões mas ainda não tinham como passar de forma definitiva. Em outro momento, em reunião com o diretor do RH informou que era para se manter como vinham fazendo, onde em casos específicos se faz a compensação. A conselheira Simone, diz que quando se escreve algo para o público precisa estar ciente que o que se escreve deve ser claro, para não haver mais de uma interpretação, entendida, pensando em como os outros vão entender, fato que a própria secretaria de educação não tinha um parecer fechado se poderiam haver



compensações que com a fala do secretário do RH deu a entender que “todo servidor público é malandro” e que agora compreendemos que se tinha um objetivo legítimo e necessário nesse momento. A conselheira Aline diz que, como representante das escolas particulares, muitas vezes faz manobras até conseguir entender os fatos, que faltou um pouquinho de sensibilidade e que entende que a nova gestão realmente precisa identificar situações que precisam ser corrigidas e que ambos os lados falharam. A conselheira Sirlei diz que diante da fala do conselheiro Leandro, que foi esclarecedora, e que muitas vezes as ações são feitas com desconfiança das pessoas porque viemos de um governo que massacrou o servidor e que é normal esses olhares de desconfiança, que precisamos resgatar a nossa dignidade, a nossa valorização e que tudo que a prefeitura vem fazendo é no sentido de sermos valorizados e que a SEDUC está para ouvir e fazer o melhor que puderem. O conselheiro Leandro voltou a fazer uso da palavra falando sobre os professores readaptados que é importante fazer um quadro de vagas e no início do ano letivo abrir um edital, porque não se pode, por exemplo, ter doze readaptados em uma escola e em outra dois. O que se vê é que nos últimos anos os professores que escolhiam onde queriam ficar a revelia, sem critério algum e que era necessário redistribuir e como gesto de respeito com o servidor que a gestão avaliou. Para o próximo ano vai haver o edital, as vagas serão públicas, as pessoas disputarão, não serão obrigadas a irem para outras secretarias, que onde existem um número excessivo, serão redirecionados e que não vai adiantar ir buscar ajuda com a prefeita, promotor. Que o que se precisa é ter edital com antecedência para que haja transparência. Que sabem que será mais um problema que será enfrentado e que vão precisar do apoio do CONSEME. Que não é dizer que “tenho direito adquirido”, mas acredita que com transparência, diálogo e brevidade na informação, que a gestão tem o compromisso de fazer diferente do que foi feito esse ano, onde os readaptados chegaram no trabalho e não estavam mais lotados. Memorando 21.444/2025 referente ao ressarcimento de diária da professora Sarah, a presidente repassou para a mesma, visto que é de interesse dela. Memorando 31.555/2025 referente aos readaptados, a presidente relata que o Ministério Público fez um questionamento sobre quantos atualmente estão nessa situação, que critérios são adotados atualmente para remuneração, se recebem regência de classe, quantos professores se encontram nesse momento fora de sala de aula, indicando cargo/função que desempenha e se há algum controle ou avaliação ao retorno de suas funções. A presidente leu a resposta encaminhada para o Ministério Público. Segue na íntegra a resposta: Atualmente, os professores que se encontram afastados de suas funções docentes, seja por motivos de saúde, readaptação funcional ou exercício de funções administrativas, têm sua remuneração observada conforme o disposto na legislação municipal vigente, especialmente a Lei Municipal nº 12/2015. Conforme o Art. 41 da referida lei, os professores e especialistas em educação têm direito à gratificação de função de 30%

sobre o vencimento base, desde que estejam em efetivo exercício das atribuições do cargo. O mesmo artigo também assegura esse direito aos professores readaptados pela Junta Médica Oficial, desde que permaneçam em exercício conforme orientação médica. Informe qual o fundamento normativo (lei, decreto, portaria ou outro ato administrativo) que rege tal forma de remuneração; Lei Complementar 12/2015 Esclareça se há distinção remuneratória entre professores em efetiva docência e aqueles designados para funções fora da sala de aula, indicando, em caso positivo, quais os parâmetros e justificativas adotadas; Conforme estabelece a Lei Complementar 12/2015, não há distinção de remuneração. Indique quantos professores se encontram atualmente fora da sala de aula, por qual motivo e em quais funções, com a respectiva identificação funcional e descritivo do cargo/função desempenhada; O CONSEME não tem acesso a essa informação, é pertinente solicitá-la ao setor de RH da Administração Municipal. Informe se há controle ou avaliação do retorno pedagógico das funções exercidas por esses docentes fora da regência de classe. Não há um controle ou avaliação, por parte deste conselho, do retorno pedagógico ou das funções exercidas em readaptação (podem estar em atividades não ligadas à docência) por esses profissionais. Esta avaliação, se existente, deve ser solicitada junto ao departamento de Recursos Humanos da administração municipal. Em seguida, informa que os questionamentos com relação ao quadro atual foram encaminhados ao RH da prefeitura e foi dado prazo para que respondessem. Passando para o Ofício nº 191/2025 da Câmara de Vereadores referente ao PL nº 101/2025 sobre diretrizes para promoção de ações de educação digital preventiva nas escolas onde foi solicitado um parecer, a presidente informa que como relatores tivemos os conselheiros Marcos e Wilson. Passa a palavra para o conselheiro Marcos que lê o parecer que segue na íntegra a conclusão: Considerando o grave impacto que os desafios perigosos da internet, bullying e cyberbullying têm nas escolas municipais; Reconhecendo a fundamentação legal e o alinhamento do projeto com políticas públicas educacionais vigentes; E valorizando a participação comunitária e interdisciplinar proposta para a prevenção dessas práticas; Estes relatores manifestam voto **CONTRÁRIO** à aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 101/2025 na forma como se encontra, recomendando sua adequação a legislação pertinente a realidade das unidades educacionais e às famílias atendidas, para o efetivo fortalecimento das ações educativas preventivas nas escolas da rede pública de Balneário Camboriú. O parecer foi aprovado por unanimidade pelo pleno. Em seguida a presidente lê o protocolo 56.729/2025 sobre a solicitação de apoio a Conferência LGBTQIA+ e que o projeto Instrução escolar e cultural para o mundo





plural mas que acabou não sendo aprovado para o Encontro no âmbito estadual e relata que foi feito resposta a este protocolo. Ofício nº 47/2025/SEDUC referente a troca de conselheiros do Poder Executivo, ficando como representante titular a senhora Cleonice Wehmuth Monteiro Berejuk e suplente a professora Sirlei Soares. A presidente lê por considerar importante, o manifesto em defesa da hora atividade remota. O conselheiro Leandro relata que essa temática nunca chegou no governo e acha que esse manifesto deveria ser assinado, que foram discutidas algumas situações que precisam ser avaliadas, que neste momento não é de interesse fazer qualquer mudança. Passando para o Ofício da Presidência nº 203/2025 que solicita parecer sobre a PL nº 133/2025 referente a atividades religiosas no horário do recreio, onde temos como relatores o conselheiro Wilson e a conselheira Livia. A conselheira Dayane lê o parecer que segue na íntegra: Diante do exposto, conclui-se que o Projeto de Lei Ordinária nº 132/2025, ao autorizar formalmente a realização de atividades religiosas nas escolas públicas municipais, mesmo que facultativas, representa uma violação direta ao princípio constitucional da laicidade do Estado e do ensino público. Além disso, tal medida pode favorecer situações de discriminação e constrangimento entre estudantes, desvirtuar a finalidade do recreio escolar e violar o princípio da não ingerência da escola na formação religiosa das crianças e adolescentes, que é de responsabilidade primária das famílias. A proposta se mostra, portanto, inadequada e desnecessária, haja vista a existente disciplina de ensino religioso que abarca a diversidade religiosa de forma contextualizada e respeitosa. Por essas razões, vota-se pelo **não conhecimento e consequente rejeição** do Projeto de Lei Ordinária nº 132/2025. O parecer foi aprovado. Passando para o Ofício nº 41/2025/CECSAS que convida para Audiência Pública sobre a compra de vagas, a presidente diz que precisa ser feito encaminhamento de como o conselho se posiciona para que o conselheiro Marcos nos represente. O conselheiro Leandro diz que a prefeita tem o objetivo de regulamentar essa compra de vagas e solicitou sugestões, que as ações estão sendo feitas para melhoria, que serão feitas construções de unidades escolares e que a tendência é reduzir essas compras. Explana a defesa de que a lógica não é privatizar a educação e sim regulamentar para que essas vagas sejam extintas. A ideia da audiência é para sugestões de aprimorar essa regulamentação. Passando a palavra para o conselheiro Marcos diz que na audiência não será discutido a finalização do aluguel de vagas nas escolas privadas, que é evidente que pelas condições físicas das escolas públicas que ainda vamos precisar alugar vagas nas particulares por muito tempo, que o que se está discutindo é se vai ser regulamentada uma ação que hoje é considerada emergencial, que não é contra

essa ação porque entende que é direito das crianças terem acesso a escola, diz ser contra porque isso vai criar e regulamentar um mercado de privatização com financiamento público em instituições particulares, depois de criado o mercado para que ele desapareça fica muito complicado, porque não tem como ter certeza que vai diminuir o número de crianças desse ano para o ano que vem, que pelo contrário, só aumenta, que até que seja construídas escolas, vai precisar continuar sendo alugadas vagas e também, que existem a questão de os pais preferirem a vaga nas particulares por vários motivos, que ano passado foi encaminhado para secretaria de educação o questionamento de por que nas escolas públicas as vagas são de meio período e nas particulares são integrais e que até o momento o conselho não recebeu resposta, que também é evidente que qualquer pai que trabalhe vai querer vaga integral. A conselheira Amanda como representante da APROBC, diz que há muito tempo vêm discutindo sobre esse assunto e que em nenhum momento se colocam contrários a manutenção desse projeto, desde que haja um comprometimento do executivo que o projeto de política pública que vá mitigando essa política de aluguel de vagas de média e longo prazo. A conselheira Aline, que representa as escolas particulares, diz que sofre com as divulgações que as escolas particulares são ruins e pede zelo, porque elas não são responsáveis por tal situação. Sugere que vão até as escolas ver de perto o trabalho. A presidente diz que não tem como tirar as vagas particulares nesse momento, como foi relatado na fala dos conselheiros anteriores, que é necessário discutir políticas públicas e que o dinheiro público seja aplicado na escola pública. O conselheiro Leandro cita que os “ataques à educação privada” não são reais, explana mais uma vez que várias são as situações a serem analisadas e que são várias as opções que o governo vem buscando. Comenta que não tem como passar uma data para acabar com essas compras e que estão tentando buscar recursos extras. O conselheiro Wilson diz que são muitos os pontos a serem pensados, mas que consegue separar os fatos. Diz que estamos sendo retalhados, que algumas pessoas estão causando terrorismo. Cita também a questão de que realmente muitas escolas particulares são ruins, cita o exemplo da sua própria esposa que é muito mais valorizada na educação pública do que na particular. A presidente encerra o debate onde a maioria dos conselheiros são a favor da regulamentação, tendo voto divergente, mas com ressalvas como foi discutido. Passando para o próximo assunto, foi colocado o parecer do FUNDEB sendo aprovado por todos. A presidente lembra que é necessário escolher representantes dos Conselhos Escolares. Que está organizando material explicativo das funções desses conselhos e que foi encaminhado para o Departamento de Desenvolvimento Educacional para ser



analisado e assim que retornar, será compartilhado com os conselheiros. Passando para a palavra aberta, a conselheira Livia fala sobre a compensação dos dias 03 e 04 de fevereiro dos especialistas, referente ao ano de 2025 que, querem compensar e segundo informações, não seria permitido. A conselheira Sirlei responde que foi deliberado e que poderá ser negociado na escola. A conselheira Suelen lembra sobre a verba Educação Conectada, e gostaria de saber se estão sendo aplicadas de forma correta. O conselheiro Leandro sugere formar um grupo de trabalho exclusivamente para propor melhorias sobre a internet nas unidades escolares, formada com os conselheiros Marcos, Suelen, Wilson e Cleonice. Ficou sugerida uma reunião extraordinária para tratar exclusivamente sobre a regulamentação das escolas particulares que será agendada quando a administração encaminhar a minuta do PL. Assim, foi dada como encerrada a reunião. Eu, Monique, secretária executiva, lavrei a referida ata.